

POPULISMO: AS SUAS EXPRESSÕES

PROGRAMA E RESUMOS
PROGRAM AND ABSTRACTS

23 E 24 DE MAIO | MAY 23RD AND 24TH



23 DE MAIO | MAY 23RD

14:00|14:15

Abertura do colóquio | Opening: José Gomes André (Universidade de Lisboa, PRAXIS)

14:15|15:00

Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)

Right Now: Temporalidade, Democracia Liberal e Populismo

15:00|15:45

Regina Queirós (Universidade Nova de Lisboa, IfilNova)

Neo-liberal TINA, People(s) and Populism

Moderador: José Gomes André

15:45|16:00: Coffee Break

16:00|16:45

Gaspare Trapani (Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, CECC)

Populismo, Léxico e Efabulação na Ars Dicendi de Silvio Berlusconi

16:45|17:30

Maria Sousa Galito (Universidade de Lisboa, CHFLUL)

Populismo: Lições da República Romana (Sécs II-I a.C)

Moderador: Miguel Rebelo (Universidade de Lisboa)

17:30|17:45: Coffee Break

17:45|18:45

KEYNOTE SPEAKER: João Carlos Espada (Universidade Católica Portuguesa, IEP)

Populismo versus Vanguardismo: Uma dicotomia infeliz

Moderador: Catarina Tello de Castro (Universidade de Lisboa)

24 DE MAIO | MAY 24TH

10:30|11:15

Carla Freitas Alves (Universidade de Lisboa)

A Nova Face do Populismo no Nordeste do Brasil

Moderador: Paulo Antunes (Universidade de Lisboa, PRAXIS)

11:15|11:30: Coffee Break

11:30|12:15

Patrícia Fernandes (Universidade do Minho)

Linguagem e Discursos Políticos: o Populismo como Parole Violenta

12:15|13:00

Karim Quintino (Universidade Católica Portuguesa, IEP)

Reinvigorating Liberal Democracy: a response to the threat of populism

Moderador: Diogo Santos (Universidade de Lisboa, LanCog)

13:00|14:15: Almoço

14:15|15:00

Jorge Miguel Teixeira (Universidade Católica Portuguesa, IEP)

Hobbes e o Poder da Multidão

15:00|15:45

André Santos Campos (Universidade Nova de Lisboa, IfilNova)

Populismo(s): Uma Traição Conceptual à Representação

Moderador: Hugo Luzio (Universidade de Lisboa)

15:45|16:00: Coffee Break

16:00|16:45

Xavier Rafael (Universidade de Lisboa)

A Democracia é Populista: Uma análise da Ontologia Social de Ernesto Laclau

Moderador: Rui Filipe (Universidade de Lisboa)

16:45|17:00: Coffee Break

17:00|18:30: *O Populismo nos media*

Passagem do filme "Network" (1976) de Sidney Lumet

RESUMOS | ABSTRACTS

(POR ORDEM ALFABÉTICA| ON ALPHABETICAL ORDER)

Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)

Right Now: Temporalidade, Democracia Liberal e Populismo

O conceito de “populismo” é comumente apresentado, de uma forma geral, como uma mera patologia democrática. O carácter abertamente partidário da abordagem pela imprensa de fenómenos como a recusa pela França e pela Holanda do Tratado Constitucional Europeu em 2005 ou como o Brexit em 2016, assim como a parcialidade manifesta dos media mainstream no tratamento da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, da quase eleição de Norbert Hofer na Áustria ou das boas hipóteses de Marine Le Pen nas eleições presidenciais francesas, são factos que concorrem para atribuir ao populismo o sentido de uma simples degenerescência da democracia, ou do sintoma de uma doença de que é preciso libertá-la. Em contraste com esta abordagem comum, procuraremos encontrar no populismo algo que não seja meramente patológico. Nesta linha, é interessante articular o populismo com aquilo a que se poderia chamar a temporalidade que lhe está subjacente. O populismo parece centrar-se, à partida, num puro e simples presente, sem capacidade de refletir a experiência histórica nem de imaginar, pensar ou deliberar sobre o futuro. A política populista parece basear-se, assim, no apelo a uma satisfação imediata, na ideia de que tudo pode mudar imediatamente e no pressuposto de que o líder populista se pretende ligar sem qualquer mediação à “vontade” e ao “espírito” do povo. Noutros termos, o próprio discurso populista em torno da miséria que “stops right here and right now” (para aludir ao discurso de posse de Trump) parece projetar o populismo num plano irreal e vazio onde não é possível deliberar, decidir ou agir politicamente. Na presente comunicação, procuraremos partir da consideração da temporalidade não do populismo, mas das democracias liberais ocidentais, no horizonte daquilo a que William Scheuerman chamou a “aceleração social do tempo”, mostrando de que modo o imediatismo populista, enquanto reação contra esta, não pode ser reduzido a uma pura e simples negação do tempo político.

André Santos Campos (Universidade Nova de Lisboa, IfilNova)

Populismo(s): Uma Traição Conceptual à Representação

Na variedade de definições sobre populismo encontram-se duas características que se repetem transversalmente: em primeiro lugar, o populismo é inseparável da predominância de um líder forte que aparece como ungido para governar em comunicação direta com o povo; em segundo lugar, integra uma aversão clara à democracia representativa, substituindo o prolongamento da atuação parlamentar por sobressaltos plebiscitários que operem como que num permanente reforço da legitimação.

Esta comunicação tenciona explorar duas teses que seguem desta constatação. A primeira é a de averiguar se a transversalidade dessas duas características justifica considerá-las inerentes à própria noção de populismo ou se afinal não serão contingências comuns a determinadas experiências políticas. A segunda, bem mais relevante, é a de identificar a ambiguidade dos movimentos populistas face à representação. Por um lado, incorporam a realização do conceito na medida em que o líder carismático se apresenta como o genuíno e exclusivo defensor dos valores culturais que supostamente identificam a nação/o povo na sua unidade (é ele quem encabeça esses valores de identidade cultural); segundo esta perspetiva, os movimentos políticos defensores do pluralismo normativo e de estruturas básicas da sociedade abertas ao cosmopolitismo aprestam-se a defender os interesses daqueles que não são nacionais e portanto não são cidadãos; o povo é apenas representado por quem defende os interesses não-pluralistas – e assim o líder carismático é o único representante genuíno do povo. Por outro lado, o populismo assume como proporcionais entre si tanto a desconfiança face às elites como a confiança na proto-infalibilidade das massas; ora, ao separar a corrupção das elites e a sabedoria das massas, o líder coloca em causa a capacidade expressiva e constitutiva da representação e ao mesmo tempo chama o eleitorado a representar o povo. Para além do que isto acarreta quanto à própria ambiguidade do conceito de representação (enquanto instrumento de mediação, é necessariamente inclusivo porque “torna presente” e *excludente* porque remete para as categorias da transgressão ou da exceção qualquer participação política não-mediada), alimenta ainda mais a possibilidade de uma crise representativa pois estabelece os votantes os movimentos populistas como representantes de massas não-pluralistas, que por seu turno são estabelecidas como representantes do eleitorado, que por seu turno é estabelecido como representante do povo, que por seu turno não consegue deixar de ser também ele um conceito normativo (derivado por exemplo da interpretação das quantificações dos votantes) e não meramente descritivo.

Carla Freitas Alves (Universidade de Lisboa)

A Nova Face do Populismo no Nordeste do Brasil

No Brasil o populismo cresceu a partir da implementação dos direitos trabalhistas pelo então Presidente Getúlio Vargas (1930-1945). A valorização do trabalhador assalariado consistiu em uma novidade que levou a população, maioritariamente desinformada, a associá-la a pessoa de Vargas, inclusive acarretando-lhe a alcunha de “pai dos pobres”. Da ausência de organização ideológica, o populismo fortaleceu-se, permanece no cenário político brasileiro e tem corrompido o uso da liderança popular, que agora tem sido ferramenta de fortalecimento e prolongamento de carreira política em regiões menos favorecidas como o Nordeste brasileiro. Alguns aspetos do Populismo no Nordeste são peculiares: desde o uso da fala para criar versos, o espaço dedicado a divulgação da campanha para criar personagens heroicos, mostrar a família, a religião e a origem como forma de mostrar a origem da boa índole até a criação de lemas e músicas para ajudar a memorizar o número do candidato, a cada eleição o Populismo se reinventa, sobretudo no Nordeste brasileiro, e expande-se pelo País. Através de revisão bibliográfica e coleta de material comprovativo, pretende-se caracterizar e exemplificar a forma que o Populismo tomou na região Nordeste do Brasil, que ultrapassa ações simbólicas e alcança a inclusão de piadas e paródias no horário eleitoral obrigatório, a criação de personagens que alegadamente usarão seus poderes para combater os males nacionais e os efetivos resultados em termos eleitorais. Será uma nova vertente do Populismo mais eficiente ante o descontentamento da população com a atual situação econômica, social e política brasileira ou apenas uma adaptação regional que abusa do humor e apela à simpatia do povo para construir e manter seu poder?

No duradouro sucesso político de Silvio Berlusconi assumiu uma importância particular o uso que o Cavaliere fez e faz da linguagem e do estilo de comunicação, cujos aspetos pragmáticos foram, desde o seu aparecimento na política, objeto de atenção da pesquisa linguística e psicológica. Na tentativa de estabelecer uma comunicação de tipo vertical com os cidadãos, que evita ou ignora as mediações, as escolhas linguísticas e comunicativas de Silvio Berlusconi aparecem profundamente inovadoras, expressando-se, especialmente, na renúncia programática da tradicional complexidade da linguagem técnica da política. Evidencia-se, assim, uma linguagem simples e não técnica, que reduz a distância e as diferenças para com os destinatários da comunicação, facilitando a identificação do eleitor com o líder político. Para este efeito concorrem as frequentes referências para os âmbitos simbólicos que pertencem à chamada cultura de massa: daí o uso abundante de apropriadas metáforas linguísticas derivadas, por exemplo, do universo da televisão e, sobretudo, do mundo do futebol - profundamente conhecidos pelo Cavaliere - para definir eventos, fenômenos e dialéticas políticas: é assim, por exemplo, que a sua histórica entrada para a política, em 1994, foi anunciada, não surpreendentemente, como uma "entrada em campo."

Berlusconi revela as qualidades do "comunicador de profissão", que são realizadas exatamente através da utilização de uma linguagem virada para a imediatez e a clareza. Neste caso, a invenção de "metáforas simplificadoras", de uma língua intencionalmente essencial, são itens que correspondem a uma "retórica simplista", que faz uso de um vocabulário e de um fraseado elementar. Daí, a preferência por um código linguístico pueril, para o qual são atribuíveis também ocorrências de determinadas expressões comuns, uma espécie de "baby talk", detetor de um infantilismo comunicativo, cujos resultados, de resto, são gratificantes, tanto em termos de eficácia comunicativa, que em termos de aquisição de consenso. Esta comunicação, baseando-se na observação de que o discurso político de Berlusconi, diferenciando-se profundamente do dos líderes italianos anteriores, apresenta-se como "novo" nos mais diversos aspetos que serão analisados, pretende lançar uma reflexão sobre a linguagem pública e o estilo de comunicação do mais controverso político europeu dos últimos 25 anos.

Maria Sousa Galito (Universidade de Lisboa, CHFLUL)

Populismo – Lições da República Romana (Sécs. II-I a.C.)

A República Romana dos sécs. II-I a.C. pode ter-se autodestruído, ao transformar-se num regime bipartidário em que optimates e populares dividiam a nação ao digladiar-se em eleições periódicas altamente competitivas. Todos os anos os cidadãos tinham o dever cívico de votar nos seus representantes e os tribunos da plebe despertavam especial atenção num ambiente de permanente campanha política. Os candidatos que ainda não o eram, queriam sê-lo (alguns patrícios até mudaram de estatuto social para concorrerem com os demais e terem acesso à fama e ao poder crescentes que a função granjeava) e os que já ocupavam o cargo utilizavam-no como trampolim para voos mais altos, pelo que eram muitas vezes líderes carismáticos, ambiciosos e audaciosos, recorrendo regularmente a uma retórica demagógica para atingir os seus propósitos.

Admite-se como hipótese que os tribunos da plebe são um exemplo a estudar no âmbito em análise porque, independentemente do lobby a que pertenciam (os do partido popular não eram os únicos populistas que apelavam às massas para satisfazer desígnios pessoais ou clientelistas), não era raro serem corruptos, apesar de haver leis anticorrupção em Roma. A sua função era evitar abusos e promover o equilíbrio em sociedade mas, quando os meios justificavam os fins e o objetivo era ganhar as eleições a todo o custo, muitos recorriam à violência ou a técnicas de propaganda, disseminavam informação falsa e manipulavam as emoções da população para a controlar, centrando a sua arte na forma, mais do que no conteúdo (mascarado ou difuso), recorrendo a argumentos entranháveis e apelativos, mesmo quando irrealistas, para agradarem à população que os escutava e aplaudia. A forma como estes políticos atuavam e as consequências dos seus atos servem de alerta e são lições do passado potencialmente úteis no presente.

Numa das primeiras teorias modernas da representação política, Hobbes apresenta-nos uma dicotomia entre povo e multidão que se revela analiticamente pertinente na compreensão do conceito de vontade popular. Assumindo que um dos pilares centrais de qualquer tipo de populismo será, *prima facie*, o da existência de uma vontade popular não representada, encontramos na distinção estabelecida pelo autor do *Leviathan* uma crítica da possibilidade deste fenómeno. Segundo Hobbes, é impossível apreender qualquer conceito de povo que não esteja já implicado no próprio soberano, seja este um indivíduo ou assembleia de indivíduos. Se antes da constituição política de um povo existe apenas uma multidão de interesses antagónicos, ou um Behemoth, então o conceito de vontade popular enquanto poder não representado é logicamente impossível.

Neste ensaio irá analisar-se a teoria da representação política de Hobbes e, através dela, irá focar-se na a noção de vontade popular enquanto pilar do discurso populista. Caso a teoria hobbesiana da representação descreva com sucesso o fenómeno da representação política, então todo o discurso fora do soberano que clame falar em nome do povo, nação ou estado é vazio de sentido. Sendo o soberano hobbesiano o autor da unidade política, a multidão enquanto tal é incapaz de produzir um discurso ou vontade representativas na medida em que existem fora de qualquer unidade política. Neste caso, todo o discurso não representado está condenado a ser discurso de façção, produto de conjuntos de indivíduos que procuram estabelecer os seus interesses próprios enquanto pilares da vontade popular. Assim, enquadrando o fenómeno populista na teoria de Hobbes, poderá concluir-se que o populismo não é popular, pois é o objecto da sua revolta que, na realidade, representa o povo enquanto unidade política.

A partir de uma perspetiva filosófica, a nossa apresentação propõe-se considerar os modos de consolidação do discurso populista junto das populações e eleitores. Para promover essa análise, partiremos da consideração filosófica da relação inextricável entre pensamento e linguagem (que podemos fazer recuar à viragem linguística desencadeada pela tradição H-H-H na transição do século XVIII para o século XIX). O filósofo alemão Wilhelm von Humboldt ser-nos-á particularmente útil, na medida em que fornece interessantes ferramentas para considerar a dialética existente entre a força opressora da língua (*langue*) e a capacidade de resposta individual do falante para reagir a esse poder opressor (*parole*).

Partindo deste pressuposto linguístico e tendo em conta o contexto político ocidental, consideraremos o modo como o discurso político usa da linguagem para produzir modos de pensamento e conseguir uma legitimidade democrática. Foi isso que o consenso neoliberal foi fazendo desde a década de 70 e que determinou a transmutação, em 2010, da crise financeira e bancária iniciada em 2007 em crise das dívidas soberanas. No entanto, a contestação feita a esse discurso dominante – que começou no ano de 2011 e se prolongou nos anos subsequentes à medida que diversos países europeus foram sendo intervencionados, quer direta quer indiretamente, pela troika – levou ao surgimento de fissuras nesse mesmo discurso. O nosso objetivo passa por defender que o populismo representa uma *parole* que procurou introduzir-se no espaço público aproveitando este momento de crise.

As características apresentadas por esta *parole* violenta tornam-se manifestas usando as definições de populismo que têm vindo a ser trabalhadas pelos autores mais relevantes nesta temática (Cas Mudde, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, J.-W. Müller, entre outros) e permitir-nos-ão refletir sobre a eficácia do discurso populista em impor-se no espaço público.

Interessa-nos, naturalmente, pensar essa eficácia nas suas manifestações quer no espectro mais à esquerda, quer mais à direita, o que faremos tendo em conta dois aspetos. Em primeiro lugar, recorreremos à redescrição de liberalismo por parte de Richard Rorty, para usar o critério 'liberal' como modo de distinguir os discursos populistas de esquerda e de direita. Tal utilização permitir-nos-á considerar a relação entre duas *paroles* violentas: por um lado, o politicamente correto como *parole* que se impôs nas últimas décadas; por outro, o populismo que parece surgir como reação àquele discurso. Em segundo lugar, introduziremos a dicotomia utópico/mitológico para avançar com uma hipótese capaz de justificar o (aparente) maior sucesso do populismo de direita.

Por fim, a nossa análise permitirá considerar o populismo, na medida em que consiste numa *parole* violenta, como resultado do próprio espírito democrático ao invés de fator que o coloca em causa.

In spite of the supposition that neo-liberalism is incompatible with populism, and the tension between them, research has already showed that neoliberalism and populism are compatible and have some affinities (e.g. they share visions and goals). Research has also showed the relationship between neo-liberalism and populism in Europe. Although these approaches stress important features of the relationship between neo-liberalism and populism, the immediate leadership role of the invisible hand in neo-liberalism, along with its principle There Is No Alternative, in contributing to the rise of populism in general, and in Europe in particular, has not been addressed yet. Indeed, by stressing the immediate leadership of the invisible hand, along with its principles There Is No Alternative, neo-liberalism endorses the destruction of any political community and any political alternative in the frame of liberal and democratic institutions. Also, when rejecting the political category of peoples, neglecting political institutions, and preventing political debate on alternatives to the political and economic consequences of neo-liberal policies (e.g. increasing poverty, inequalities, and the perception of injustices) neo-liberalism fosters the emergence of populism. Even if democracies are always menaced by the emergence of populism, and populism challenges democracies (and mostly, liberal democracy), our approach can offer new arguments to understand this perversion of democracies. Accordingly, in our communication we will show that neo-liberalism consistently cannot accept the existence of peoples. Also, we will show that neoliberalism's refusal of peoples increases populism. Finally, we will demonstrate that the institutional democratic deficit is an oxymoron under neo-liberalism.

Contemporary populism emerged due to the ever-standing barrier between representatives and voters, to the fact that traditional partisan structures are no longer able to neither meet the electorate's interests nor effectively represent them, and to the overall limitations, failures, and deficits of liberal democracy. As such, the paper argues that the problem of liberal democracy is that it has become increasingly bureaucratic, formal and overly procedure-based, absent of any participatory and deliberative practices, which in turn has alienated citizens from the political spheres, hence sweeping the ground for populists to come into scene. This is based upon a conception of representative democracy that merely hands over to the citizens the task of periodically choosing their representatives, whereby a direct engagement is not required in the process of deliberation and decision-making. Furthermore, through the bypass of political institutions, populists are able to connect with voters in ways that old-fashioned politicians cannot. The simplicity of arguments and the immediatist solutions often proposed by populist leaders are quite appealing to a politically uneducated electorate that is generally unaware of the complexities attached to any political decision – precisely because it is pushed aside from the spheres of political influence. The paper also argues that populismo is de facto a threat to liberal democracy, yet not necessarily to democracy in itself. That is the idea that, at present, democracy – in its broadest sense – is sufficiently consolidated so as to be able to resist to anti-democratic movements, but that liberal democracy is not as consolidated so as to prevent it from mutating to another democratic version. At the same time, populism can eventually contribute to democratic consolidation if some of its more positive tenets are welcomed by non-populist politicians and incorporated within traditional political structures. Doing so would bring disenfranchised citizens closer to the political stages and contribute to repoliticize some of the issues that mostly concern the electorate. For that reason, liberal democracies ought to incorporate participatory and deliberative mechanisms in order to politically educate the masses and to allow them to be co-sharers of power – a demand that is often promoted by populist movements. It is advocated that cultivating the art of dialogue and participation can function as a preemptive mechanism to the emergence of populism, but also as a way of incorporating the more positive canons of that movement. The paper concludes that the optimum scenario is the inclusion of participatory and deliberative mechanisms in the political scenario, as a means of curbing the enthusiasm that populists are able to direct to themselves, whilst containing the movement and its less democratic features, with the worst case being the complete defragmentation of liberal democracy, the advent of totalitarian regimes, and the suppression of individual freedoms that have been hard earned throughout history.

Xavier Rafael (Universidade de Lisboa)

A Democracia é Populista: Uma Análise da Ontologia Social de Ernesto Laclau

A nossa apresentação tem como principal objetivo mostrar a estreita ligação que o filósofo Ernesto Laclau estabelece entre democracia e a lógica populista. Iniciaremos a nossa abordagem com a análise do projeto democrático e, através da obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*, procuraremos caracterizar o que os autores denominam de revolução democrática. Com a recusa do essencialismo social que o funcionalismo anterior à Revolução Francesa estabelecia, a nova teorização da articulação social passa a inscrever-se nesse campo aberto pela revolução democrática que sustenta um novo imaginário social de igualdade e liberdade. Tanto para Laclau como para Mouffe o projeto liberal do “individualismo possessivo” assenta numa visão que pretende eliminar a dimensão política da sociedade, tornando-se necessário integrar um projeto de esquerda que não fique limitado ao essencialismo de um sujeito privilegiado pela sua posição social. A apresentação seguirá com a análise das diversas posições de sujeito, da sua diferença radical e da sua dependência de um contexto que, através da sua contingência, integra a diferença numa outra lógica, já não diferencial mas que aglomera, liga e constitui cadeias de equivalências. Isto é, a defesa por parte de Laclau, que todo e qualquer movimento político que pretende ter sucesso na aceitação do seu projeto, tem de passar por uma lógica populista, a única capaz de integrar numa mesma cadeia diferenças que não têm nenhum elemento comum que as possa interligar. Neste caso o populismo não tem nenhuma referência com a verdade, ou o seu contrário, nem se limita a certos movimentos políticos oportunistas, mas constitui o movimento próprio de qualquer particular que se apresenta como o melhor candidato para representar a sociedade como um todo. Finalizaremos com a ligação da ideia de democracia e representação, como a primeira necessita do populismo, e como a segunda é a única forma de o acolher.